

Introdução

Vivemos numa época em que as consequências do modelo produtivista de desenvolvimento agrícola ganharam visibilidade na esfera pública, e fizeram acentuar movimentos sociais em torno da moralização da produção e do consumo alimentares. É neste sentido que, nas últimas décadas, os produtos provenientes da agricultura biológica têm vindo gradualmente a ser introduzidos nas dietas de vários consumidores de países ocidentais, e a fazer parte dos discursos, recomendações e até estratégias preconizadas pelas organizações não governamentais, alguns departamentos ministeriais e empresas. Os produtos biológicos, também aqui designados «bio» por facilidade de expressão, têm vindo, paulatinamente, a alcançar um estatuto proeminente sob a égide da transição para práticas de produção e consumo sustentáveis, numa altura em que se equacionam medidas e políticas de adaptação às alterações climáticas.

Várias pesquisas sociológicas concluem, em geral, que estas tendências em prol da produção e do consumo alimentares «sustentáveis» – que têm ganho cada vez mais expressão no mercado agro-alimentar –, devem-se em grande parte, à revelação e denúncia de várias irregularidades no sistema agrícola intensivo,

ameaçadoras da segurança alimentar, da saúde dos consumidores, da sustentabilidade e da agro-biodiversidade. Inúmeros episódios, tais como a «crise das vacas loucas», a comercialização de alimentos elaborados a partir de organismos geneticamente modificados (OGM), a gripe das aves, ou a febre aftosa foram instalando na opinião pública sucessivos «pânicos alimentares». Tal provocou não só flutuações no mercado em relação ao consumo de determinados alimentos – visíveis nas quebras significativas de consumo de carne de vaca ou de aves sempre que estes episódios eram mais fortemente mediatizados, normalizando-se o consumo após o período «quente» de mediatização – como também uma crescente e tentacular estrutura governativa (nacional e transnacional, cruzando os sectores público e privado) para a segurança alimentar, instituída em prol da defesa da saúde dos consumidores. Esta estrutura manifesta-se através de inúmeros regulamentos e normas que governam e organizam a qualidade, a segurança, a certificação e a rotulagem dos alimentos. É o que Terry Marsden apelida de regime «higieno-burocrático», que surge na década de 90 do século passado e torna visível uma crescente racionalização e burocratização do sistema agro-alimentar (Marsden 2004 e 2006).¹ Todas estas irregularidades conduziram a várias transformações recentes, que se enquadram naquilo que Goodman (2003), entre outros, designa por uma mudança do regime da «quantidade» para o da «qualidade» (*quality turn*). As recentes reformas da Política Agrícola Comum (PAC) dão igualmente ênfase à provisão de alimentos de qualidade, as quais procuram estimular o mercado dos produtos biológicos. Esta mudança para a qualidade afectou não só os sistemas de regulação, produção e retalho alimentares como também os próprios hábitos de consumo de uma parte da população ocidental. Murdoch e Miele (1999) afirmam que este contexto de transição estimulou o aparecimento de consumidores mais selectivos em relação à alimentação; ou até mesmo mais

¹ No nosso país, vejam-se as controversas e mediatizadas actuações da Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE) a partir de 2005.

«conscientes» e «reflexivos» no sentido de um envolvimento político e ético responsável nas escolhas alimentares do dia-a-dia, dando lugar à passagem do estatuto de «consumidor» para o de «cidadão».

A agricultura biológica pode ser assim encarada como uma alternativa e crítica radical ao modelo de industrialização e intensificação agro-alimentar, ou seja, como um movimento de contracultura à produção e consumo de alimentos estandardizados, muitas vezes percebidos pelos consumidores como não tendo «qualidade». Quantas vezes já, não ouvimos alguém lamentar a falta de sabor da fruta, ou a forma invulgar como esta amadurece (conservando-se anormalmente por muito tempo ou deteriorando-se rapidamente), ou expressando uma verdadeira preocupação com os resíduos tóxicos nos alimentos. Porém, como veremos neste livro, o conceito de agricultura biológica é multidimensional e alvo de disputas contraditórias, não só entre os produtores mas também entre os consumidores. Como refere Julie Guthman (2004a, 3) é impossível associar um só significado a este tipo de agricultura, e uniformizar o conceito face ao leque de contradições, tensões e exclusões entre as várias correntes que deram origem ao movimento no início do século XX. Se, para alguns, a agricultura biológica é entendida como uma forma ecologicamente benigna, para outros representa uma alternativa radical ao modelo hegemónico e convencional da produção e do retalho alimentares. Podemos encontrar uma definição mais institucionalizada, tal como é descrita no Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho Europeu:

A produção biológica é um sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de géneros alimentícios que combina as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a aplicação de normas exigentes em matéria de bem-estar dos animais e método de produção em sintonia com a preferência de certos consumidores por produtos obtidos utilizando substâncias e processos naturais.

Esta definição é depois transposta para normas e *standards* de produção a nível nacional e supranacional. Outros significados surgiram nas redes sociais que deram origem ao movimento de agricultura biológica, que não se cingem à definição oficial codificada nos regulamentos europeus, indo além da agricultura certificada e incluindo modos de produção biológico que respeitam as preocupações com a justiça social, com os equilíbrios de poder na fileira agro-alimentar mundial (pequenos produtores *versus* grandes retalhistas empresariais; países do Hemisfério Sul *versus* países do Hemisfério Norte); as boas práticas agrícolas e a saúde dos trabalhadores; a defesa da pequena escala; e o desenvolvimento das comunidades locais – tendências que alguns autores apelidam de «pós-biológico» (Moore 2006; Truninger 2008). Existem ainda as próprias definições das pessoas que lidam de perto com o conteúdo biomaterial dos produtos biológicos (as suas texturas, sabores, aparência visual, comportamentos na cozedura, confeção e conservação) e que os interpretam de acordo com as suas experiências diárias. Esta definição é pois baseada numa relação mais orgânica, quase carnal, com os alimentos. Nesta relação mais experiencial e orgânica com os «bio», os significados são co-construídos na interface do que Enticott (2003) designa por «culturas da natureza», isto é, as relações interdependentes entre o social e o natural/biomaterial. Mas para além da relação biomaterial mais presentista e quotidiana, as pessoas vêem nos produtos biológicos uma forma de evocar os sabores de um passado rural, por vezes até num apelo romântico às suas memórias de infância. Este conceito polissémico será desvendado ao longo do livro, atendendo-se à pluralidade de significados, *nuanças* e subtilidades que contribuem para formar partições no mercado e que governam as justificações dos consumidores sobre as suas opções alimentares diárias.

Neste sentido, o consumo de produtos biológicos – o tema principal a tratar ao longo deste trabalho – é entendido como um fenómeno complexo e multidimensional que vai além do acto de compra e estende-se a uma matriz heterogénea de relações entre

a natureza e a cultura (Murdoch 2001). Nesta pesquisa, a produção e o consumo são entendidos como realidades distintas e autônomas, mas interdependentes, institucional e historicamente contextualizadas (Harvey *et al.* 2001, 50).

Do movimento «bio» aos «bio» em movimento no mercado

O movimento de agricultura biológica na Europa surgiu no início do século XX, sendo o resultado de um conjunto de ideias, crenças, princípios filosóficos e da experimentação de novas técnicas agrícolas. Criado no Norte e no Centro da Europa, nasceu a partir de diferentes correntes de pensamento, permeado por um conjunto de eventos sociais, culturais, ambientais e políticos que vieram atrair mais entusiastas e simpatizantes em todo o mundo. O ponto culminante do movimento ocorre com a sua institucionalização (através da fundação de organizações internacionais e nacionais), a publicação de regulamentos e normas, e a globalização do mercado, ligando geografias locais às economias globais.

Recuando às origens do movimento, em 1920, Rudolf Steiner – filósofo austríaco – fundou a corrente filosófica da Antroposofia (também conhecida por «ciência espiritual») e deu um curso sobre agricultura biodinâmica, em 1924, que foi compilado no seu livro *Agriculture*. Os princípios da Antroposofia partem de uma abordagem ecológica e espiritual-cósmica, que com Steiner são aplicados através da agricultura biodinâmica. Esta prática agrícola destaca não só os aspectos biológicos e físicos do solo, plantas e animais, mas também defende que as energias cósmicas e espirituais (a influência dos ciclos lunares e astrais) têm efeitos nas colheitas agrícolas. Nesse sentido, a perspectiva holística aplicada à agricultura é sublinhada por esta corrente. Aqui, o corpo e a mente, os ecossistemas naturais e o cosmos formam um todo harmonioso. Os primeiros ensaios de culturas biodinâmicas fo-

ram realizados em países do Norte da Europa na primeira metade do século XX (Conford 2001).

Na Suíça, em 1930, com H. Muller e Peter Hans Rush surge uma nova descoberta. O desenvolvimento do método de cultivo orgânico-biológico. As novas ideias em torno dos sistemas ecológicos aplicados à agricultura e a métodos de cultivo foram divulgadas, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Estas iniciativas constituíam uma tendência contrária ao forte impulso dado na altura à industrialização da agricultura e à intensificação das práticas agrícolas com recurso à química artificial.

Em 1940, o britânico Sir Albert Howard difundia as suas teorias agrícolas depois de observar de perto as práticas ancestrais de camponeses indígenas. No seu famoso livro *Um Testamento Agrícola* (1940), chama a atenção para o equilíbrio biológico necessário para garantir a fertilidade do solo, através da técnica de compostagem e do programa «húmus» para a agricultura (Reed 2001). Estes conceitos estiveram na base da fundação da Associação Britânica de Agricultura Biológica – a Soil Association – criada em 1946 por Lady Eve Balfour (Reed 2001).

Na década de 1950, o movimento de agricultura biológica estende-se com maior visibilidade à França, onde Raoul Lemaire e Jean Boucher – as suas principais figuras – denunciam os efeitos de substâncias químicas sintéticas aplicadas na agricultura, preocupando-se sobretudo com as potenciais consequências no ambiente e na saúde humana. Duas tendências importantes tomam forma no movimento de agricultura biológica francês. Uma, liderada por Lemaire e Boucher, mais orientada para o mercado. Os produtores estavam especialmente interessados em vender produtos biológicos obedecendo a critérios de produção específicos, governados e sujeitos às práticas de inspeção e certificação. Outra tendência, mais independente e orientada para a defesa dos princípios originais do movimento, valorizando-se a produção e venda dos «bio» sem passar por uma homogeneização das nor-

mas, ou sujeita a condicionalismos de critérios colectivos e formais na qualidade da produção, *marketing* ou comercialização. Esta última tendência foi materializada na Associação Francesa de Agricultura Biológica – Nature et Progrès (1964). A tensão entre a «estandardização e homogeneização» da agricultura biológica e a sua resistência através da defesa dos princípios e valores que deram origem ao movimento é um dos temas que atravessam todo o livro. Esta tensão está consubstanciada naquilo que Guthman (2004a) observou no sector «bio» na Califórnia, e designou por «paradoxo» da agricultura biológica. Isto é, a tendência para este tipo de agricultura se «convencionalizar» e industrializar, adoptando as mesmas lógicas de produção em escala, comercialização, exploração da mão-de-obra agrícola provocando situações de injustiça social, burocratização e excessiva regulação que caracterizam a agricultura convencional. A tensão ou paradoxo está na confluência de diferentes interesses, valores e princípios: os que defendem uma agricultura biológica de grande escala, competitiva e de mercado e os que preferem uma agricultura de pequena ou média escala, protectora de normas, valores e princípios assentes na equidade social e na sustentabilidade ecológica.

Mas os anos 60 foram igualmente marcados por outros acontecimentos relevantes, como o desenvolvimento de uma massa crítica em confronto com as consequências do modelo intensivo e industrial agrícola. Por um lado, em 1962, a publicação do livro de Rachel Carson *Silent Spring*, o qual denunciou o problema da utilização de pesticidas na agricultura, nomeadamente o DDT. Por outro lado, a revolução de Maio de 1968, em Paris, constituiu um importante detonador no acordar da opinião pública para os problemas ambientais, onde, no calor das movimentações estudantis, se ouviam fortes críticas ao uso da energia nuclear e ao recurso cada vez maior dos fertilizantes minerais e pesticidas na produção agro-alimentar. As contestações contra a ameaça de escalada dos efeitos provocados pela industrialização da agricultura, não só no ambiente como na saúde, dão origem a vários

movimentos de protesto durante a década de 1970. Foi um período de consolidação dos «novos» movimentos sociais (por exemplo, o ambiental ou o feminista) e de emergência de formas alternativas de viver e pensar o mundo. A crise energética de 1973 alertou a opinião pública para os limites inevitáveis dos recursos naturais do planeta, e criaram-se algumas medidas políticas para o desenvolvimento da investigação e da inovação científica em matéria de energias renováveis na América do Norte (Schmidt 2003). O movimento de agricultura biológica internacional ganhou um novo impulso após esses eventos, o que incentivou a fundação da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Biológica (IFOAM), em 1972, integrando várias organizações nacionais constituídas até aí (Le Guillou e Scharpé 2001, 6). O IFOAM impulsionou a formação de mais associações, tais como a portuguesa – a Associação Nacional de Agricultura Biológica (Agrobio) – fundada na década de 80.

Desde aquela década, e especialmente durante a de 90, os produtos biológicos têm vindo a ser cada vez mais adoptados pelos consumidores ocidentais por variadíssimas razões que iremos explorar, mas a que os escândalos alimentares e a desilusão com a «qualidade» dos produtos convencionais, não foram, certamente, alheios. Mais, estes produtos começaram a receber a atenção não só de celebridades do mundo do cinema ou da música (quando Jude Law ou Lilly Allen se deixam fotografar com sacos recicláveis da famosa loja Planet Organic em Londres) mas também do mais elevado circuito político internacional. Por exemplo, recorde-se que uma das primeiras mudanças na Casa Branca, feita pelos Obama, nomeadamente pela mão da Sr.^a Obama, foi a inauguração de uma horta biológica, apelando a valores como a educação alimentar e a reconexão das crianças com a origem e os métodos de produção dos alimentos. Por tudo isto, os «bio» conquistam significados plurais e até contraditórios. Enquanto são utilizados como símbolos de disposição de *status*, distinção e moda – os chamados *positional goods* de Hirsch (1976) – servem simultaneamente como veículo de mensagens, valores e ideais em prol da edu-

cação alimentar e saúde de crianças e adultos, da sustentabilidade e protecção do ambiente, ou da justiça social.

As pesquisas sobre a produção, comercialização e consumo de produtos biológicos têm aumentado, especialmente nos últimos anos, tentando captar as lógicas internas, locais e globais, desta fileira. Este interesse científico pelo estudo da fileira da agricultura biológica reflecte o crescimento deste sector à escala mundial. A adesão de Portugal à CEE, em 1986, acelerou certamente o processo de institucionalização do movimento no país, facilitando o acesso dos agricultores ao mercado internacional. Este aceleração deu-se com maior intensidade quando a reforma da PAC, iniciada em 1992, começou por lançar medidas para controlar e restringir a sobreprodução de alguns produtos alimentares (*e. g.*, leite, carne) e incentivar uma atenção cada vez maior à agricultura de qualidade e sustentável. Ora, nessa altura, já Portugal tinha encetado um caminho de industrialização e intensificação agrícola, convertendo uma boa parte da sua agricultura de cariz tradicional e pouco competitiva num sector mais industrializado e intensivo. As exigências das reformas da PAC (nomeadamente a de 2003, que alinhou com os objectivos gerais da Agenda 2000) vieram obrigar ainda mais ao retrocesso, embora lento, de uma trajectória que o país iniciara. Promoveu-se, assim, a adopção de uma agricultura de mercado de qualidade, através de financiamentos atraentes, que estimularam o recrutamento de novos operadores para o sector da agricultura biológica nacional, ajudando-o a crescer. Embora, como veremos, este crescimento do sector fosse pontilhado por tensões e conflitos internos a nível dos princípios e valores da agricultura biológica que, ainda hoje, deixam as suas marcas e continuam por resolver.

Nos últimos anos assistimos a um crescimento considerável da agricultura biológica mundial quanto a áreas de produção, quotas de mercado e taxas de consumo. Segundo dados compilados pelo IFOAM e pelo Eurostat, a área convertida a esta actividade agrícola estima-se em 35 milhões de hectares em todo o mundo, envolvendo cerca de 1,4 milhões de produtores (Willer

e Kilcher 2010). As maiores extensões estão localizadas na Austrália, na Argentina e na China. A área de agricultura biológica tem aumentado significativamente nos países em desenvolvimento. Cerca de um terço da área mundial (12 milhões de hectares) situa-se nestas regiões (nomeadamente na América Latina, na África e na Ásia), o que convida a corroborar a premissa de a produção estar situada nos países do Hemisfério Sul, e o consumo ser sobretudo concentrado nos do Hemisfério Norte. Na Europa dos 27, são geridos sob o modo de produção biológico 7,7 milhões de hectares (correspondendo em 2007 a 4,1% do total da área agrícola utilizada naqueles países), por cerca de 196 200 produtores (Rohner-Thielen 2010). Apesar da crise dos mercados financeiros de 2008 que lançou vários países europeus num período de recessão económica, o sector da agricultura biológica na Europa parece não ter sido afectado, pelo menos numa fase inicial. Verificou-se um crescimento de 7,4% de área agrícola entre 2007 e 2008, aumentando o número de operadores em 9,5%. Resta saber se esta tendência se manteve para os anos de 2009 e 2010, onde os efeitos da crise se fizeram sentir com maior gravidade. Os países que lideraram este crescimento foram a Bélgica, a Bulgária, a Grécia, a Espanha, a Hungria, a Eslováquia e o Reino Unido, registando-se um aumento das áreas convertidas à agricultura biológica em mais de 10%, destronando a Itália – a anterior líder do sector produtivo europeu – que teve uma quebra de 12,9%.

O crescimento da produção é orientado pela procura, sendo a expansão dos mercados especialmente forte na América do Norte e na Europa. Estes dois mercados são o principal destino dos produtos biológicos exportados por países terceiros. Na América do Norte as vendas destes bens alimentares atingiram 24,6 biliões de dólares em 2008, ao passo que na Europa as vendas alcançaram perto dos 18 mil milhões de euros. O maior mercado nacional neste continente é a Alemanha, seguido da França e do Reino Unido. Os países com maior consumo *per capita* são a Dinamarca, a Áustria e a Suíça (Willer e Kilcher 2010).

O caso de Portugal é pertinente por se tratar de um mercado em franco desenvolvimento, sobretudo nos últimos anos. Uma grande percentagem de vendas dos «bio» é canalizada através de pequenas lojas especializadas, mercados locais, cooperativas de consumo, vendas nas quintas e explorações agrícolas, ou directamente através de cabazes e entregas ao domicílio. Apesar de nos últimos anos ser cada vez mais visível o peso das grandes cadeias de supermercados na distribuição, *marketing* e venda dos «bio». Todavia, Portugal ainda não chegou às percentagens verificadas em países como a Dinamarca, o Reino Unido, a Finlândia, a Suécia, a Áustria ou a Suíça, onde 70% ou mais das vendas de produtos «bio» são canalizadas através de fileiras longas tais como os supermercados ou as grandes cooperativas.

Os dados compilados neste livro começaram a ser recolhidos em 2002, no âmbito de uma dissertação de doutoramento em Sociologia intitulada *Organic Food in Portugal: Conventions and Justifications* (Truninger 2005). Este texto corresponde a uma parte desta dissertação, traduzida para português, reescrita e actualizada. A parte que se inclui neste texto diz sobretudo respeito à análise do consumo «bio» na cidade de Lisboa. Fica excluída a análise mais aprofundada do trabalho de campo que a autora realizou com produtores, retalhistas e outras figuras importantes do sector de agricultura biológica que pode ser consultada em Truninger (2008). Em termos gerais, este estudo pretende alcançar os seguintes objectivos:

- 1) Descrever e explicar as origens e a institucionalização do movimento de agricultura biológica em Portugal;
- 2) Identificar, descrever e analisar o estado actual do sector de produtos biológicos no nosso país (produção, mercado e consumo);
- 3) Analisar e interpretar os significados de produtos biológicos e justificações para o seu consumo manifestados por um grupo de pessoas residentes na cidade de Lisboa;

- 4) Descrever e analisar as bases para a confiança nos «bio» deste grupo de consumidores;

E finalmente, um objectivo de cariz mais teórico que procura aplicar uma perspectiva da sociologia económica de tradição francesa – a teoria das convenções (Boltanski e Thévenot 1991) – na explicação e interpretação da qualidade alimentar associada aos «bio», manifestada pelos consumidores.

Aspectos metodológicos

Os dados que servem de base a este estudo foram compilados através das técnicas convencionais utilizadas em Sociologia e Ciências Sociais: pesquisa bibliográfica e documental, bases estatísticas secundárias, análise de um inquérito por questionário à população portuguesa, análise a uma base de dados de membros pertencentes a uma cooperativa de consumidores em espaço urbano, entrevistas em profundidade com um grupo de consumidores, e entrevistas semidirectivas com os principais agentes do sector de agricultura biológica (produtores, retalhistas, associações, agências de certificação e autoridade reguladora).

Inquérito Observa 2000

Em 2000 a equipa do Observa² realizou o 2.º Inquérito Nacional às representações e práticas sobre ambiente dos portu-

² Observa-Observatório de Ambiente e Sociedade foi fundado em 1996. Está actualmente sediado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e desenvolve pesquisas sobre ambiente na área das ciências sociais, bem como estudos interdisciplinares com outras áreas científicas.

ses.³ Os dados foram recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) a uma amostra representativa constituída por 1844 residentes em Portugal com idade superior a 15 anos, e distribuída por sete regiões do país correspondentes à nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos de tipo II – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira.⁴ Estes dados foram depois tratados através de procedimentos estatísticos com o *software* SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) e publicados no livro, no qual a autora participou (ver Ferreira de Almeida 2004). Para a presente pesquisa realizou-se uma análise sociográfica dos inquiridos que afirmaram comprar ou não produtos de agricultura biológica. Para tal, construiu-se uma variável com base numa das perguntas do questionário: «Por favor, indique quais das seguintes acções fez nos últimos 12 meses», à qual se seguia uma lista com nove práticas consideradas «amigas do ambiente» (desde a reciclagem até à compra de produtos biológicos). Esta pergunta admitia cinco possibilidades de resposta: «Frequentemente», «Algumas vezes», «Poucas vezes», «Nunca» e «Não sabe/não responde». A variável nominal COMBIO construída a partir desta pergunta categorizava as pessoas que afirmaram comprar produtos «bio» (compilando as respostas às categorias «frequentemente», «algumas vezes» e «pouca vezes») e as que disseram «Nunca» comprar estes produtos. Chegou-se assim a dois grupos diferenciados: o grupo de «compradores de produtos biológicos» e o grupo de «não compradores de produtos biológicos». Estes dois grupos foram posteriormente cruzados com diversas variáveis de caracterização social, nomeadamente a idade, o grau de escolaridade, o género, o estado civil, o local de nascimento, a condição perante o trabalho,

³ A primeira edição deste inquérito foi realizada em 1997, e os resultados publicados em Ferreira de Almeida (2000). A segunda edição foi realizada em 2000, e os resultados publicados em Ferreira de Almeida (2004).

⁴ Para mais detalhes metodológicos sobre a constituição da amostra representativa à população portuguesa, e a da região de Lisboa, ver INE (2000) e Ferreira de Almeida (2004), Anexo 1, pp. 385-399.

a profissão, a classe social e a orientação religiosa. Os resultados desta análise estão disponíveis no capítulo 3.

Base de dados dos membros da Biocoop (1993-2003)

Outra fonte importante neste estudo foi a base de dados constituída através da informação de cariz sociodemográfico dos membros da cooperativa de consumo situada na região de Lisboa – Biocoop.⁵ Foram compilados os dados das pessoas que se registaram na cooperativa entre os anos 1993 e 2003. O objectivo foi o de oferecer mais uma fonte de informação sobre a sociografia dos consumidores de produtos biológicos em espaço urbano. A informação sobre os membros foi retirada das fichas de inscrição que compilavam os seguintes dados: nome, ano de registo, idade, lugar de nascimento, local de residência e profissão. Na altura, o gestor da Biocoop pediu que os nomes dos membros fossem apagados da base que posteriormente seria alvo de análise, para manter o anonimato e a confidencialidade destas pessoas. Porém, antes de os nomes terem sido apagados, procedeu-se à construção da variável género (compilada através do nome dos indivíduos). Os dados foram depois colocados numa base de dados construída em SPSS onde se procedeu à análise descritiva das variáveis. Cada entrada na base de dados juntou informação sobre um único membro ou os dois membros do casal (quando o registo era feito em casal, incluindo-se assim informação sobre o cônjuge). Assim, das 955 entradas registadas na base de dados construída pela Biocoop numa folha *Excel*, foram considerados 964 casos, já que os dois membros do casal foram incluídos. Procedeu-se seguidamente à limpeza da informação onde, por exemplo, informação sobre menores ou

⁵ Ao Ângelo Rocha uma palavra especial de agradecimento pelo constante apoio nesta fase do trabalho.

organizações comerciais foi removida, considerando-se apenas as informações referentes a indivíduos adultos. Assim, o número final operacionalizado para a análise estatística descritiva foi de 944 indivíduos adultos (98% do total). Os resultados desta análise podem ser consultados no capítulo 3.

Entrevistas aos produtores e consumidores de produtos biológicos

Escolheu-se o espaço urbano, nomeadamente a cidade de Lisboa, como o principal *locus* para a realização de trabalho de campo, pois é nesta região que está concentrado um grande número de consumidores destes produtos bem como os seus postos de venda (mercados, cooperativas, lojas especializadas e supermercados). O consumo dos produtos «bio» tem mobilizado sobretudo pessoas mais selectivas em relação à qualidade alimentar, e estas normalmente coincidem com os grupos sociais mais informados, residentes em espaço urbano, e de classes sociais mais qualificadas. O trabalho de campo realizado teve assim em conta duas grandes fases de recolha de material qualitativo na cidade de Lisboa.

Uma primeira fase teve lugar entre Abril de 2002 e Janeiro de 2003 e envolveu entrevistas semidirectivas com 15 figuras-chave do sector de agricultura biológica. Entrevistaram-se representantes da autoridade reguladora de agricultura biológica (na época, o Ministério da Agricultura e Pescas, nomeadamente através da Direcção Geral de Desenvolvimento Rural), as duas únicas agências de certificação a trabalhar naqueles anos (Socert e Sativa), as principais cadeias de supermercados que estavam a comercializar na altura produtos agrícolas biológicos frescos (grupo Sonae/Continente, Auchan/Jumbo e Pão de Açúcar, El Corte Inglés, e Jerónimo Martins/Pingo Doce); duas lojas especializadas em produtos macrobióticos e dietéticos (Espiral e Celeiro-Dieta, res-

pectivamente); uma cooperativa de produtores (Urze), uma cooperativa de consumidores (Biocoop), uma empresa importante de processamento destes produtos (Próvida), uma loja de distribuição de produtos «bio» pela internet (Loja Verde), a associação nacional Agrobio, e vários produtores de agricultura biológica. Estas entrevistas serviram para identificar os significados de produtos «bio», as justificações de envolvimento no sector, o estado presente e futuro do mercado, suas potencialidades e principais dificuldades. Estas 15 entrevistas não pretendiam ser exaustivas ou representativas do sector de agricultura biológica, mas antes juntar algumas das principais vozes, muitas delas estrategicamente posicionadas, para dar um retrato da agricultura biológica no país, tal como este se encontrava no início da primeira década deste século. Entretanto, o sector evoluiu e novas lojas, organismos e instituições apareceram, sobretudo a partir de 2005, os quais são também descritos neste estudo.

Embora este texto inclua alguns dos resultados destas entrevistas realizadas com produtores e retalhistas, uma outra publicação detalha mais pormenorizadamente esta análise (ver Truninger 2008). No entanto, sempre que pertinente, alguns extractos destas entrevistas são apresentados no decurso do texto. De forma a manter o anonimato dos representantes das organizações consultadas, as entrevistas seguem uma numeração crescente e utilizam-se categorias genéricas de identificação (*e. g.*, comercial, entidade reguladora).

A segunda fase de trabalho de campo decorreu entre o período de Novembro de 2002 e Janeiro de 2003. Nesta fase fizeram-se 30 entrevistas em profundidade com um grupo de consumidores de produtos «bio». Estas pessoas foram recrutadas através de vários locais, de forma a conseguir uma amostra variada e diversificada, não só em termos sociodemográficos como também a nível do seu envolvimento com práticas de alimentação «bio». Assim, uma proporção dos voluntários para entrevista foi convidada a participar neste estudo através da Feira Anual de Agricultura Biológica (organizada pela Agrobio), que teve lugar

em Novembro de 2002. Através deste evento, obtiveram-se 12 pessoas com diferentes perfis de consumo, desde meros curiosos que poucas vezes compram produtos «bio» até aos mais aficionados. Outra estratégia envolveu captar pessoas em lojas com alguma popularidade de venda destes produtos, como é a cooperativa de consumidores Biocoop (oito pessoas foram recrutadas neste espaço), e as últimas dez pessoas foram angariadas através do método bola de neve, permitindo corrigir algumas lacunas na amostra de forma a obter características sociodemográficas diversificadas. A amostra não tinha pretensões de representatividade, mas visava reunir uma variedade de casos para ilustrar diferentes maneiras de consolidar práticas alimentares «bio».⁶

As entrevistas aos consumidores incidiram sobre os significados dos produtos «bio», as justificações para a sua aquisição, as trajetórias da prática alimentar «bio» (como começaram a comprar este tipo de produtos), a frequências de compra, o tipo de alimentos mais comprados na versão «bio», os locais de aquisição preferenciais, os critérios de selecção alimentar, os hábitos alimentares gerais, as relações estabelecidas com os produtores ou retalhistas e o envolvimento noutras actividades (prática de medicina alternativa, ioga e meditação, práticas amigas do ambiente, etc.). Na maioria dos casos as entrevistas foram conduzidas em casa das pessoas, no seu ambiente familiar, contribuindo assim para tornar a entrevista menos formal e mais como uma conversa. Muitas destas conversas duraram entre uma a três horas. Na primeira abordagem aos consumidores, na organização e marcação de entrevistas, a autora teve o cuidado de apresentar a investigação como sendo um estudo das práticas alimentares em geral, não referindo nunca as palavras «produto biológico» para evitar uma preparação por parte do entrevistado para o tópico em análise. As entrevistas foram tratadas de forma a manter o anonimato e a confidencialidade.⁷

⁶ Veja-se em Apêndice as características sociodemográficas dos consumidores.

⁷ De forma a assegurar a confidencialidade e o anonimato dos entrevistados, todos os nomes utilizados nos extractos das entrevistas são fictícios.

Plano do livro

O texto deste livro está estruturado em cinco capítulos.

O capítulo 1 analisa a literatura sobre estudos agro-alimentares, com destaque para os debates no domínio da sociologia do consumo e da alimentação. Paralelamente, introduz a perspectiva da sociologia económica francesa – teoria das convenções – que irá servir de enquadramento teórico às análises empíricas sobre qualidade alimentar realizadas nos capítulos seguintes.

O capítulo 2 apresenta a história e o desenvolvimento do movimento e mercado de produtos «bio», fornecendo alguns dados quantitativos da produção e comercialização destes bens alimentares no país.

No capítulo 3, recorre-se a dados de natureza quantitativa (nomeadamente os dados do inquérito Observa 2000 e a base de dados da Biocoop) para uma análise sociográfica dos consumidores de produtos «bio» em Portugal e na região de Lisboa. Seguidamente, no mesmo capítulo, apresenta-se a análise das entrevistas aos consumidores, focando sobretudo os significados e as justificações plurais em relação aos «bio».

No capítulo 4, com base em dados de natureza essencialmente qualitativa apresentam-se os principais argumentos que os consumidores salientam para confiar ou desconfiar dos produtos «bio», interpretados à luz da teoria das convenções.

Finalmente, o capítulo 5 faz uma sistematização das principais conclusões que destacam quatro pontos: a configuração híbrida do mercado de agricultura biológica (entre a tendência para a convencionalização e a defesa dos princípios e valores originais do movimento); a potencialidade heurística e as fragilidades da teoria das convenções na análise do consumo alimentar «bio»; a irredutibilidade do consumo ao acto da compra; e as bases híbridas da confiança alimentar. Este livro constitui, assim, um contributo para explorar uma temática ainda pouco estudada no nosso país – o consumo alimentar «bio» – e abrir caminho para outras pesquisas vindouras sobre o tema.